

ANEXO V

ATA DE OBRIGAÇÕES VINCULADAS PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2024 (SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS)

Aos -- dias do mês de ----- de 2024, foi realizado o certame na modalidade **Pregão Eletrônico nº 16/2024, sob o Sistema de Registro de Preços**, cujo objeto é a aquisição de oxigênio medicinal e equipamentos para atender as necessidades do Setor de Saúde, conforme especificações constantes no **ANEXO III**.

1 - DAS DISPOSIÇÕES DO EDITAL E DAS OBRIGAÇÕES VINCULADAS

1.1. Esta Ata de Obrigações Vinculadas é anexo integrante da Ata de Registro de Preços.

1.2. Esta Ata de Obrigações Vinculadas vinculará apenas a licitante vencedora, dispensando a remessa posterior de Contrato ou Ata Contrato ou qualquer outro documento de obrigações vinculadas.

1.3. Eventual recurso ou impugnação que modifique a qualidade de adjudicatário, automaticamente desobriga aquele que perdeu tal qualidade.

1.4. Em caso de adjudicação em razão de convocação à negociação sucessiva com licitante remanescente, nos termos deste edital, uma vez aceito o preço, o novo adjudicatário ficará vinculado a Ata de Obrigações Vinculadas.

1.5. Os termos de eventuais comodatos serão emitidos e assinados após a homologação do certame, neles devendo constar os termos do **ANEXO XVIII**.

1.6. A Declaração de Participante na condição de **COMODATO** determina o cumprimento de tal condição e a vincula aos termos desta Ata de Obrigações Vinculadas, da Ata de Registro de Preços, do edital, em especial ao **Anexo XVIII – Declaração de Participante na Condição de Comodato**.

1.6.1. A **DETENTORA** do **item 03**, deverá fornecer mediante comodato, 40 (quarenta) cilindros de 10 m³.

1.6.2. A **DETENTORA** do **item 04**, deverá fornecer mediante comodato, 05 (cinco) cilindros de 01 m³.

1.6.3. A **DETENTORA** do **item 05**, deverá fornecer mediante comodato, 05 (cinco) cilindros de 03 m³.

2 - DOS PREÇOS

Os preços unitários dos itens são aqueles negociados e registrados aos vencedores constantes da Ata de Registro de Preços.

3 - DA VALIDADE DOS PREÇOS

3.1. A Ata de Registro de Preços terá a validade por 12 (doze) meses, compreendida até XX/XX/2025.

3.2. A extinção da Ata de Registro de Preços extingue automaticamente a Ata de Obrigações Vinculadas.

3.3. Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços a Administração Pública não será obrigada a firmar contratação com o vencedor, facultando-lhe justificadamente a realização de licitação específica para a aquisição pretendida.

3.4. É assegurado ao beneficiário da Ata de Registro de Preços, a preferência de fornecimentos.

4 - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Em cada fornecimento será observado o preço da Ata de Registro de Preços e as condições constantes do edital e do que a precedeu o certame e/ou integrou o procedimento de licitação.

5 - DA QUALIFICAÇÃO DO OBJETO

5.1. O oxigênio medicinal deverá ter a comprovação de qualidade através de certificado de análise expedido por órgão ou entidade técnica competente, exigível pela administração pública, quando for o caso.

5.2. Diante da não comprovação, de que trata o item anterior, a **DETENTORA** ficará obrigada a promover, sem qualquer tipo de ônus à **ADMINISTRAÇÃO**, a substituição do objeto em questão por outro de qualidade superior, para que assim atenda as qualificações mencionadas, sob o mesmo valor, quantidade, e demais especificações, **no prazo de 2 (dois) dias**, sob pena de inadimplência.

5.3. Os equipamentos em desacordo com o disposto na proposta devem ser substituídos pela **DETENTORA**, sem ônus a **ADMINISTRAÇÃO** e sem prejuízo das penalidades aplicáveis, no prazo de 30 (trinta) dias, conforme o artigo 18 do Código de Defesa do Consumidor.

6 - DO FORNECIMENTO

6.1. No caso do fornecimento de oxigênio medicinal, o fornecedor entregará acondicionado em cilindros em comodato que deverão ser entregues no **Hospital Municipal “Santo Antônio”, localizado na Praça Pedro Luiz Pedrinho Furlan, nº 17**, o objeto em questão, caso em que o Agente Responsável pelo recebimento procederá à verificação da entrega e dará aceitação à nota fiscal eletrônica proveniente, a qual deverá acompanhar a entrega do objeto ou promoverá diligência referente a situações irregulares ou adversas.

6.1.1. O prazo de entrega do oxigênio medicinal será de até **72 (setenta e duas) horas contados do pedido, sob pena de inadimplência pelo não atendimento.**

6.1.2. A cada troca de cilindro o comodato é automaticamente renovado para o item permutado.

6.2. Com relação aos equipamentos o prazo de entrega será de **até 45 (quarenta e cinco) dias**, contados da data do pedido.

6.2.1. As entregas dos equipamentos serão por conta da **DETENTORA**, sem qualquer acréscimo ou ônus à **ADMINISTRAÇÃO, no Hospital Municipal “Santo Antônio”, localizado na Praça Pedro Luiz Pedrinho Furlan, nº 17, Centro, Taiuva - SP.**

6.2.2. O Agente Responsável pelo recebimento procederá à verificação da entrega e dará aceitação à nota fiscal proveniente, a qual deverá acompanhar a entrega do objeto ou promoverá diligência referente a situações irregulares ou adversas.

6.3. As entregas fora dos dias e horários do expediente municipal poderá caracterizar o descumprimento da entrega em face da ausência de servidor municipal competente ao recebimento.

6.4. A entrega dos objetos só estará caracterizada mediante o recebimento do objeto.

6.5. O descumprimento, injustificado, de entrega parcial ou total do objeto pedido, no prazo determinado, acarretará as sanções estipuladas no **Item 20.**

6.6. As justificativas pela inadimplência serão levantadas à veracidade e juízo de plausibilidade e aceitação administrativa.

6.7. A solicitação e a decisão de que trata o **Item 6.6**, deverá ser reduzida a termo.

6.8. O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, ainda que as entregas deles decorrentes estejam previstas para data posterior à do seu vencimento.

6.9. Os objetos deverão ser entregues acompanhados da Nota Fiscal correspondente.

7 - DA ALTERAÇÃO DO REGIME DE EXECUÇÃO

7.1. O regime de execução do fornecimento poderá ser alterado com as devidas justificativas por acordo entre as partes quando necessária sua modificação, bem como o modo de fornecimento em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos originais.

7.2. O regime de execução constante desta ata também poderá ser alterado quando necessária à modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial, vedada a antecipação do pagamento sem a correspondente contraprestação de fornecimento.

8 - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1. Considerando o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, é vedado quaisquer reajustamentos de preços.

8.2. Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de normas federais aplicáveis a espécie ou nos casos justificados a juízo da Administração Pública, em cada caso.

9 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTOS

9.1. Os pagamentos serão efetuados, condicionados à liquidação e apresentação da nota fiscal eletrônica.

9.2. A nota fiscal eletrônica/fatura será paga em até 30 (trinta) dias contados da liquidação, por depósito bancário na conta do fornecedor.

10 - DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros serão atendidos pelo orçamento vigente, constantes da indicação contábil.

11 - DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Ficha 156

02 – Executivo

02.06.00 – Fundo Municipal de Saúde

10.301.0018.2024 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

3.3.90.30 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Ficha 159

02 – Executivo

02.06.00 – Fundo Municipal de Saúde

10.301.0018.2024 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

4.4.90.52 – Equipamentos e Material Permanente.

12 - DO SUPORTE LEGAL

Este Processo Licitatório é regulado pelos seguintes dispositivos legais:-

Lei nº 14.133/2021;

Lei Federal nº 4.320/64;

Decreto Municipal nº 3.144/2023

Decreto Municipal nº 2.404/17;

Lei Orgânica do Município;

Orçamento Vigente;

Pregão Presencial nº 16/2024 Sistema de Registro de Preços.

13 - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

13.1. Executar fielmente os fornecimentos nos termos desta Ata e da Ata de Registro de Preços, do edital e demais normas legais respondendo pelas consequências de sua inexecução, total ou parcial;

13.2. Responsabiliza-se pelos encargos previdenciários, tributários, trabalhistas, fiscais e sociais, que venham a incidir sobre a execução do objeto;

13.3. Obriga-se a reparar, refazer, remover, corrigir e substituir, às suas expensas, sem qualquer acréscimo monetário, no total ou em parte, o objeto deste instrumento, quando se verificarem vícios, defeitos, incorreções e má qualidade, **no prazo de 30 (trinta) dias;**

13.4. Responsabiliza-se por danos causados diretamente à **ADMINISTRAÇÃO** ou a terceiros, por sua culpa ou dolo, em que se verificarem falhas na execução do objeto, sendo que a fiscalização designada pela **ADMINISTRAÇÃO** não caracteriza a exclusão destas responsabilidades;

13.5. Eventuais locomoções, acomodações e alimentações de pessoal, para cumprimento dos fornecimentos;

13.6. Comunicar a **ADMINISTRAÇÃO**, no caso de mudança de situação no contrato social, endereço ou telefone;

13.7. Manter durante toda a validade da Ata de Registo de Preços, a compatibilidade com as obrigações assumidas, bem como todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

13.8. Uso de materiais e equipamentos próprios, no que couber para execução do fornecimento;

13.9. Fornecedor e fiscalização, de seus funcionários, no que tange ao uso de Equipamentos de Proteção Individual, durante a execução do fornecimento;

13.10. Manter conta bancária no nome empresarial disponível para pagamento somente na conta bancária do fornecedor.

14 - DAS RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO

14.1. Rejeitar qualquer fornecimento se não executado de acordo com o estabelecido;

14.2. Regressar contra a **DETENTORA** no caso de indenização ou reparação a terceiros em razão da má execução no fornecimento;

14.3. Executar o pagamento da forma disposta.

15 - DA FISCALIZAÇÃO

A **DETENTORA** fica condicionada a prestação de quaisquer esclarecimentos solicitados pela **ADMINISTRAÇÃO** através de seus agentes competentes.

16 - DA SUBCONTRATAÇÃO

Não haverá subcontratação, não se admitindo a cessão ou transferência de obrigações, bem como a cisão da empresa ou ainda fusão ou incorporação que modifique a atividade empresarial inerente ao objeto licitado.

17 - DOS CASOS OMISSOS

Para os casos omissos serão resolvidos pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, sendo que em caso de lacuna poderá ser adequada amparando-se pela legislação aplicável e pelas cláusulas e preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

18 - DA INEXECUÇÃO

18.1. A inexecução total ou parcial de quaisquer termos desta Ata de Obrigações Vinculadas, enseja a sua rescisão com consequências e previsões nela estabelecidas bem aquelas previstas em leis ou regulamentos que regem a matéria.

18.2. Os casos de cancelamento da ata serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

19 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

19.1. O cancelamento da Ata de Registro de Preços poderá ser determinado por ato unilateral e escrito pela administração, por solicitação da adjudicatária, por acordo entre as partes.

19.2. Qualquer cancelamento será reduzido a termo no processo de licitação.

19.3. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

19.4. Os casos fortuitos e de força maior devidamente comprovados enseja rescisão amigável.

19.5. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito por ato unilateral, pela administração, quando ocorrer:

19.5.1. Não cumprimento de fornecimentos e prazos;

19.5.2. Cumprimento irregular de fornecimentos e prazos;

19.5.3. Lentidão do seu cumprimento, levando a administração a comprovar a impossibilidade da conclusão do fornecimento nos prazos estipulados;

19.5.4. Atraso injustificado de fornecimento;

19.5.5. Paralisação de fornecimento sem justa causa e prévia comunicação à administração;

19.5.6. Subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas;

19.5.7. Desatendimento das determinações regulares;

19.5.8. Decretação de falência;

19.5.9. Dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

19.5.10. Alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução dos fornecimentos;

19.5.11. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a adjudicatária e exaradas no processo administrativo;

19.5.12. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos será feito por correspondência com aviso do recebimento, juntando-se o comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços;

19.5.13. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da adjudicatária, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado, considerando-se cancelado o preço registrado após 05 (cinco) dias da publicação.

19.6. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela adjudicatária mediante solicitação por escrito, quando ocorrer:

19.6.1. Impossibilitadas de cumprir as exigências da Ata de Registro de Preços;

19.6.2. Atraso superior a 90 (noventa) dias do pagamento devido pela administração tendo já recebido o fornecimento, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à adjudicatária o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

19.6.3. A solicitação das adjudicatárias para cancelamento dos preços registrado deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades caso não aceite as razões do pedido.

19.7. A administração deverá ressarcir os prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido o fornecedor e ainda promover os pagamentos devidos pelo fornecimento, bem como os pagamentos do custo da desmobilização, quando a rescisão ocorrer sem que haja culpa do fornecedor.

20 - DAS SANÇÕES

20.1. Ficará impedida de licitar e contratar com a administração direta e indireta do Município de Taiuva/SP, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa, física ou jurídica, que:

20.1.1. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;

20.1.2. Não mantiver a proposta, lance ou oferta;

20.1.3. Ensejar o retardamento da execução do objeto e/ou fornecimento;

20.1.4. Atrasar na entrega do objeto requisitado;

20.1.5. Demais sanções administrativas previstas em lei.

21 - DA MULTA

21.1. Ressalvados os casos de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovados, as inadimplências incorrerão a ambas as partes:

21.1.1. Multa à razão de 5% (cinco por cento) do valor da inadimplência;

21.1.2. Juros à razão de 1% (um por cento) do valor da inadimplência, ao mês;

21.1.3. Correção monetária pela Tabela Prática Judicial.

22 - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Jaboticabal, Estado de São Paulo, para dirimir eventuais dúvidas, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Taiuva, XX de XXXXXXX de 2024.